

Do macro ao micro: mediações acerca da representação política

MARCELO CASTAÑEDA*

ALESSANDRA FARIA**

Resumo: O tema principal do presente artigo é a representação política e ele traz como questão central entender as possibilidades de ressignificação da dicotomia entre o sistema político e a micropolítica. O objetivo é observar os processos que mediam e estruturam a representação política e a democracia, bem como as expectativas desmedidas inerentes à esta relação. Trata-se de produção teórica baseada em uma revisão de literatura sobre o assunto que parte de uma análise de longa duração histórica em diálogo com a micropolítica do cotidiano. A questão da representação é analisada e criticada por três vertentes de reflexão que destacam potenciais e limites, bem como equacionam expectativas desmedidas e sinalizam sua resiliência. Em uma terceira parte, o artigo se volta para os contrapoderes que tensionam a democracia e a remodelam. Como conclusão, sugere que novas mediações entre as esferas micro e macro adensam a análise de processos representativos.

Palavras-chave: Democracia; Política; Representatividade; Processos; Participação.

From macro to micro: mediations about political representation

Abstract: The main theme of this article is political representation and it brings as a central question to understand the possibilities of re-signifying the dichotomy between the political system and the micropolitics. The objective is to observe the processes that mediate and structure political representation and democracy, as well as the excessive expectations inherent in this relationship. It is a theoretical production based on a literature review on the subject that starts from a long-term historical analysis in dialogue with everyday micropolitics. The issue of representation is analyzed and criticized by three different approaches that highlight potentials and limits, as well as equate excessive expectations and signal their resilience. In a third part, the article focuses on the counter-powers that tension democracy and reshape it. In conclusion, it suggests that new mediations between the micro and macro spheres increase the analysis of representative processes.

Key words: Democracy; Politics; Representativeness; Processes; Participation.



* **MARCELO CASTAÑEDA** é professor de Estudos Organizacionais no Departamento de Administração da UFRJ.



** **ALESSANDRA FARIA** é professora de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais da PUC-RJ e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ.



1. Introdução

O presente artigo apresenta uma abordagem processual para a análise da representação política, no contexto do arranjo democrático contemporâneo, que visa conectar as dimensões ampliadas do sistema político com a micropolítica para vislumbrar novas mediações que possam dar conta do diagnóstico de crise ou falência da representação em voga na contemporaneidade (SAFATLE, 2015; JOURDAN, 2018). Essa perspectiva assume que o sistema político que perfaz a democracia representativa liberal encontra dificuldades em representar os anseios da população em suas diferentes facetas, e muitas vezes, pode se constituir em mecanismo sistemático de exclusão de determinados grupos que conformam interesses minoritários na cena pública, se considerados os processos decisórios que afetam a todos, na medida em que seus benefícios se distribuem entre parcelas cada vez mais restritas da população.

No entanto, trata-se, sobretudo, de não aderir automaticamente a esse diagnóstico, mas apresentar um pano de fundo entre processos amplos e micropolítica para analisar a representação política. Nesse sentido, toma-se a observação de Antonio Negri (2015) que, ao observar a interface que se estabelece entre os poderes constituído e constituinte, aponta para o debate sobre a formação do que

representaria a ideia de soberania popular, sentido em que alguns dilemas do mundo moderno entre participação e representação se constituem. Se a forma como se constitui a política e seus constituintes é relevante, como apresenta Negri, o conflito permeia suas negociações. A política se apresenta como o espaço singular para a mediação de conflitos que advém da participação para defesa de interesses divergentes, e instituições que são bem sucedidas em mediar tais conflitos comportam em sua dinâmica a ideia de liberdade como não-opressão, no esteio da filosofia política desenvolvida por Maquiavel (2007) nos *Discorsi*.

A problemática que orienta a presente reflexão indaga: até que ponto é possível romper com a dicotomia existente em muitas análises entre o sistema político e a micropolítica? Neste sentido, se for possível observar os processos variados que mediam e estruturam a representação política em relação à democracia, será possível ao mesmo tempo indicar quais são as expectativas desmedidas em relação ao processo de representação política (URBINATI, 2006), que amiúde trazem à tona o debate sobre representatividade, e as respostas que tais argumentações traduzem em termos de representação como *advocacy* e a deliberação democrática (URBINATI, 2010). A hipótese sugere que à dicotomia é possível sobrepor mediações viáveis, no sentido de ampliar o potencial heurístico do conceito de representação enquanto uma miríade processual que comporta mediações variáveis no contexto democrático contemporâneo.

Desta forma, o artigo se volta para uma caracterização de dois processos: de um lado, a conexão entre os processos políticos amplos de um contexto tido como macropolítico (LEFORT, 1986;

HOBBSAWN, 1995; ARANTES, 2014) e uma micropolítica que permeia a sociedade (GATTARI; ROLNIK, 1996; CERTEAU, 1998), de outro, a representação política e seus processos (MANIN, 1995; URBINATI, 2010; ROSANVALLON, 1998, 2000, FARIA, 2010, 2020; ALMEIDA, 2014). Nesse sentido, termina por ressaltar a possibilidade de constante renovação dos processos de mediação entre as esferas micro e macro através da representação.

2. Entre processos políticos amplos e a micropolítica

Hobsbawm (1995) destaca que o entendimento da história de qualquer grupo humano passa pelo exercício de observar interseções entre diferentes tipos de organização social, cada um deles modificados pela interação com os demais. O que se torna relevante são as características das entidades sociais envolvidas, que são diversamente estruturadas, geograficamente distribuídas e mutuamente remodeladas.

Seguindo o fio de Hobsbawm (1995), interessa perceber que o capitalismo se impôs ao regime soviético instituído em 1917 em plena guerra mundial, bem como à crise de 1929, que foi seguida de depressão econômica, fascismo e mais uma guerra mundial. Fruto desse contexto, o Estado de Bem-Estar social foi incorporado no Norte global nos trinta anos do pós-guerra, em especial para rivalizar com a ameaça comunista no período conhecido como Guerra Fria. No Brasil, a ditadura a partir de 1964 constituiu um de seus efeitos mais visíveis enquanto forma de governo, com os militares à sua frente alinhados aos interesses dos EUA.

Tais experiências, segundo Hobsbawm (1995) mostraram no longo prazo que uma economia industrial eficaz baseada

na empresa privada deve passar pela combinação com motivações que não se relacionam exclusivamente com a busca do lucro. Tais mediações, na medida em que as democracias são reestabelecidas, passam a ocorrer nos espaços representativos, ou, pelo menos, as expectativas gerais da retomada democrática os trazem para o debate. Foi esse o contexto democrático da Constituinte de 1988 no Brasil, e muitas das dinâmicas participativas adotadas em seu contexto, que se ampliaram na direção de estados e municípios (AVRITZER, 2002; DAGNINO 2002)

As dinâmicas perversas entre o capital público e privado, e as disputas de grupos de interesse e de pressão se consolidam nesse horizonte (FARIA, 2018). Quando a agenda dos direitos universais é adotada na Constituição de 1988 no Brasil, Arantes (2014) destaca o contexto dos cortes que buscam o superávit da balança comercial, ao pagamento da dívida para o sistema bancário, bem como a atração de capital volátil, causando incerteza e instabilidade constante no contexto brasileiro, com o contraponto possível de programas sociais destinados ao andar de baixo enquanto o ciclo das *commodities* permitiu. Os ambientes participativos e representativos se viram confrontados pelas expectativas dos eleitores em relação à sua capacidade representativa, pois, para que o processo representativo seja adensado, são variáveis fundamentais o comprometimento político-ideológico dos atores responsáveis por incentivar a participação, a capacidade de organização e a pressão da sociedade sobre a esfera de decisões políticas (ALMEIDA, 2014).

Se os anos 1980 e 1990 assistiram à disputa acirrada dos grupos de pressão sobre a política representativa no Brasil,

onde a pressão de indústrias farmacêuticas e setores do agronegócio são exemplos contundentes de tais práticas, tal se observou seja no congresso, em estados, prefeituras e até mesmo nos conselhos de políticas públicas (FARIA, 2018). A fraqueza dos governos em relação às investidas do capital privado nos espaços de poder em diferentes governos trouxe à tona uma crescente sensação de incapacidade de representatividade dos representantes eleitos. Ainda assim, as melhores chances para a garantia de direitos ainda contam com a lógica da autoridade estatal no sentido do apelo e consecução de direitos ameaçados.

Hobsbawm (1995) sinaliza que a globalização não apenas dividiu e perturbou lugares como o Brasil. Se Teitelbaum (2020) aponta para um processo recente de ascensão da extrema direita no mundo contemporâneo, considerando os partidos políticos no Brasil, Jorge, Faria e Silva (2020) indicam que dentre programas políticos que continham conteúdo extremista (de esquerda ou de direita) ao longo dos anos da Nova República, o Partido Social Liberal – PSL, de Bolsonaro em 2018 foi o único que conseguiu o feito de não apenas alcançar o segundo turno, mas de fato se tornar presidente da República.

Se do ponto de vista macro, o desafio à representatividade se põe com a consolidação de um presidente eleito de extrema-direita no Brasil, e as ameaças que ele representa especialmente no sentido de se opor às práticas democráticas e salvaguardar as minorias; por outro lado, cabe também ficar atento à dimensão micropolítica, às tramas do cotidiano, nas quais Michel de Certeau (1998) localiza táticas de resistência, que se tecem para lidar com as estratégias desenvolvidas pelos que estão em posição de dominação na esfera do poder

constituído (NEGRI, 2015). Ao apresentar diferentes arranjos de resistência, Certeau (1998) mostra que a concretização da manipulação e da dominação depende da qualidade do receptor, por mais que seja elevada a assimetria de poder entre as estruturas de poder e os receptores. A resistência se desempenha em um cotidiano inventado que mostra diferentes possibilidades de saída frente às estratégias de dominação que os regimes de poder buscam instituir por mecanismos consagrados na esfera cultural e política (CERTEAU, 1998).

Na esfera política, a representação pode ser vista de forma dual, tanto como possibilidade emancipatória, quando abre possibilidades de mudanças sociais ainda que sujeita aos controles governamentais, quanto como estratégia de dominação pela instituição do voto universal que agrega a vontade coletiva, desprezando resistências que se formam no cotidiano. Ao refletir sobre o contrato social, Rousseau (1999) mostra que essa vontade geral é uma planificação das diferentes vontades coletivas que convivem no tecido social e não encontram representação adequada para sua expressão.

Na perspectiva da micropolítica de Gattari e Rolnik (1996), a representação é vista como parte da cultura, como esfera autônoma enquanto nível de produção, criação e consumo, integrando-se como modo de subjetivação aos da produção capitalística. A sujeição econômica do capital aparece como complemento da sujeição subjetiva da cultura: a essência do lucro capitalista não se reduz ao campo da mais-valia econômica, mas se concretiza na tomada de poder da subjetividade que a representação política materializa ao desprezar, de um lado, e incorporar, de outro, as individualidades que a dimensão

cotidiana oferece como linhas de fuga ao que parece ser determinado por cima, pela economia ou pela cultura.

A questão da micropolítica em Gattari e Rolnik (1996) passa pela necessidade de agenciamento de outros modos de produção semiótica que possibilitem a construção de uma sociedade que consiga se manter de pé, assegurando uma divisão social da produção sem fechar os indivíduos em sistemas de segregação ou categorizar produções em esferas distintas da cultura. Isso significa ir além da especialização e promover articulações uns com os outros, bem como ao conjunto do campo social e dos outros tipos de produção, sejam eles a revolução informática, da telemática ou dos robôs. Trata-se de abrir e quebrar antigas esferas culturais fechadas, produzindo novos agenciamentos singulares que trabalhem pela sensibilidade estética, pela mudança da vida cotidiana e pelas transformações sociais nos grandes conjuntos econômicos e sociais.

Tanto a revolução, quanto a mudança social a nível macropolítico e macrosocial remetem à produção de subjetividade, que deve ser considerada pelos movimentos de emancipação. A produção da subjetivação capitalística pode ser encontrada na linguagem, na família, nos equipamentos, e não apenas na ideia, na transmissão de significados por meio de enunciados significantes e nos modelos de identidade.

Gattari e Rolnik (1996) entendem que os sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as máquinas de controle social e as instâncias psíquicas definem a maneira de perceber o mundo. Assim, diferente da ideologia, que permanece na esfera da representação, a produção de um capitalismo mundial integrado se relaciona com uma modelização dos

comportamentos, da sensibilidade, da percepção, da memória, das relações sociais, das relações sexuais e até mesmo de “fantasmas imaginários”. É assim que a problemática da micropolítica não se situa no nível da representação, mas na produção de subjetividade, que pode ou não afetar aquela.

Para compreender as interconexões entre as abordagens macro e micropolítica, cabe ressaltar a permeabilidade da representação política quando se observam essas esferas em fricção. Para tanto, há um debate filosófico sobre a representação política com distintas abordagens que são apresentadas por Faria (2020) e Almeida (2014), cuja proposta é observar as formas da representação enquanto processo, o que pode auxiliar no diagnóstico de complementaridade entre as abordagens micro e macro e será abordado a seguir.

3. A questão da representação

As intermediações micro-macro fazem parte de um processo que se inicia com as mudanças históricas democráticas. Lefort (1986, 2011) e Rosanvallon (1998) enfatizam que a sociedade democrática questiona a ideia de uma unidade orgânica, seja a experiência do Antigo Regime, seja a unidade forjada dos regimes totalitários. Lefort (2011) observa a fragmentação e a multiplicidade da política na medida em que a desaparecimento do corpo do rei na modernidade significa diferentes formas de desincorporação – do poder, do direito e da sociedade. O direito não terá mais uma essência, permitindo um debate sobre o que é e o que deve ser, a ser travado nos planos institucional e normativo da política. Negri (2015) assinala que a sociedade democrática inaugura uma história na qual há uma experiência partilhada de forte indeterminação, na qual a conexão entre passado, presente e futuro se quebra

(KOSELLECK, 1999, 2006). Ao invés de um presente determinado por um futuro, há um exercício constante da liberdade em uma negociação e possibilidade aberta de contínua adoção de novos direitos e novas demandas que se constituem a partir da consciência dos direitos existentes.

Tais processos não são homogêneos. Há situações inúmeras em que operários e empregados contestam a demissão em nome de seus direitos, o movimento negro reivindica punição das violências na abordagem policial, agricultores reivindicam expropriação de terras em nome de seus direitos, mulheres exigem a igualdade em relação aos homens em nome de seus direitos, homossexuais se opõem à repressão de que são objeto em nome de seus direitos, jovens reivindicam educação em nome de seus direitos. Tais processos conformam a percepção e experiência/frustração em relação à consciência do direito, que não significa apenas a sua objetivação jurídica, mas se vincula à existência do conhecimento adquirido sobre os direitos constitucionais.

Com base nesses processos, a forma como é tratada a representação política enquanto um processo na disputa política pela garantia de direitos e interesses (URBINATI, 2010; ALMEIDA, 2014; FARIA, 2020), em especial sua reconfiguração e alargamento, tornou-se tema emergente do debate na teoria democrática e na filosofia política normativa nas últimas décadas. Tal mudança permite afirmar um diagnóstico de crise? Essa seção traz as reflexões de Manin (1995), Urbinati (2006) e Rosanvallon (1998, 2000, 2006) para discutir essa questão.

Manin (1995) refletiu sobre o governo representativo, no qual destaca o princípio de distinção em seus traços aristocráticos ao descrever o processo de

adoção dos governos representativos. O autor discorda que a representação política esteja em crise e observa que o governo representativo foi concebido em oposição à democracia, entendida como governo do povo por ele mesmo, sustentando para isso que o dispositivo institucional central da representação se manteve inalterado. Para Manin (1995), os personagens que tendem a dominar atualmente a cena pública não refletem a sociedade e suas estruturas. As figuras político-midiáticas constituiriam uma elite dotada de características distintivas que o resto da população considerou e elegeu como positivas no contexto atual.

Faria (2010) entende o governo representativo como elites distintas da massa da população por seu estatuto social, seu modo de vida e sua cultura, configurando uma sequência com ascensão e sucessão de novas elites e o conseqüente declínio das anteriores. Por outro lado, não há razão para afirmar que as elites atuais, político-midiáticas, estariam mais próximas dos eleitores do que estiveram aqueles que conduziam a política de aparelho nos partidos políticos ou sindicatos. Manin (1995) aponta o recrudescimento da sensação de distanciamento entre governados e elite governante como fator fundamental para provocar o sentimento de crise. A representação se enfraquece na medida em que dificuldades para dar pronta resposta à diversidade de demandas de uma sociedade complexa se apresenta.

Cabe recuperar as experiências recentes e questionar o papel dos meios de comunicação, inclusive da esfera que a internet configura a partir de algumas questões relevantes: em que medida tal tendência de distanciamento permanece quando, de um lado, os representantes políticos marcam presença nas plataformas digitais e, por outro lado, se comportam como celebridades que

raramente interagem com os perfis que os demandam? Será que o laço representativo esteve e ainda está destinado a avançar sempre em direção à identificação entre governantes e governados? Qual é o espaço dialógico que a crítica assume no contexto de uma esfera pública interconectada? Em que medida a ideia de crise reforça processos de identificação quando se considera fenômenos como desinformação e comunicação direta por mensagens disparadas em massa em grupos limitados em aplicativos sem controle como WhatsApp? Ou seja, o fato de receber constantes mensagens em massa pode gerar num público com baixo acesso à informação, a sensação de contato direto com o seu representante e seus mensageiros, uma conexão, alguma representatividade.

Manin (1995) sinaliza que a impressão de crise atual se deve principalmente à intuição difusa de que se estaria desprezado no processo histórico, na medida em que a extensão do sufrágio universal permitiu o alcance inédito das massas ao voto. Tal movimento não teria como ser revertido e a história seria a comprovação de tal afirmação. No entanto, a democratização do laço representativo, refletida na aproximação entre representantes e representados, se mostrou frágil e, por isso, a prestação de contas passou a ser fundamental.

Urbinati (2006) também dialoga com o diagnóstico de crise, buscando mostrar a originalidade da representação democrática como forma de governo. Para tal, apontar as diferenças desse modelo em relação à “democracia eleitoral” e à “democracia direta”, fazendo indicações sobre como certo modo canônico de ver a soberania popular poderia ser revisado. Neste sentido, se uma evolução democrática mantém as instituições centrais do

governo representativo não faz sentido falar em crise da representação política.

A extensão na qual a representação seria democrática residiria no fato das suas características não serem associadas a qualidades inatas, mas poderem ser adquiridas por todos. Urbinati (2006) recorre à formulação clássica de Schumpeter de que o que torna os governos democráticos é o igual direito dos cidadãos em eleger e serem eleitos, em destituir e serem destituídos (FARIA, 2010).

A discussão de Urbinati (2006, 2010) pode ser amalgamada com os argumentos de Lefort (2011) e Rosanvallon (1998) no que diz respeito à abertura da representatividade democrática para os novos direitos. Ela compreende a representação como uma instituição democrática, e isso significa perceber que a liberdade negativa dos cidadãos ao eleger representantes, via voto direto, ao engendrar deliberação em processos potencializa um debate público e a circulação de ideias, o que exhibe uma força revigorante e integradora entre a sociedade e as assembleias.

Por fim, Rosanvallon (1998) traz uma posição crítica em relação às instituições representativas. O autor acentua a insatisfação em relação à representação política como um mal-estar democrático (ROSANVALLON, 2000), além de trazer a perspectiva de uma população vigilante e desconfiada da política (ROSANVALLON, 2006). Trata-se de um público mais disposto ao veto, onde a desconfiança faz parte da cena política cotidiana.

Rosanvallon (2006) destaca a seriedade do problema que é a erosão da confiança que os cidadãos depositam em seus dirigentes e na política. O autor mapeou esses fenômenos de erosão da confiança

na literatura sobre abstenção eleitoral, em estudos comparativos e/ou nacionais que se estendem até mesmo aos antigos países comunistas da Europa do Leste, bem como aqueles oriundos de antigas ditaduras como é o caso da Ásia, América Latina e do Brasil. Tal processo significa a desconfiança em relação às instituições políticas em geral e à própria democracia (ROSANVALLON, 2006).

Para a interpretação de fatos apreendidos como crise ou mal-estar, muitas análises fazem uso de argumentos relacionados aos efeitos do crescimento do individualismo, à volta explícita de atenção para a esfera privada, ao declínio da vontade política e às elites cada vez mais distanciadas do povo. Rosanvallon (2006) discorda da avaliação de declínio da política, no sentido do engajamento, e de que esse mal-estar desnuda as tensões inerentes ao governo representativo democrático e as contradições sociais.

O autor assinala que o mal-estar da democracia é antigo, mesmo que cada geração aparente perceber que os problemas começaram na vivência que experimenta. A crítica e o diagnóstico de crise seriam, então, tão antigos quanto a própria democracia, como assinala Negri (2015) ao abordar o poder constituinte. O trabalho da representação e sua aproximação democrática surgem nesse contexto. A política e a democracia são atravessadas por tensões e contradições que não podem ser resolvidas, pois são latentes.

Na descrição dos problemas a serem resolvidos na democracia, como aquisição de novos direitos e abertura para novos questionamentos sobre o que é insuficiente, é interessante perceber que o estudo da representação política pode se voltar para a tensão entre o princípio sociológico e o princípio político da representação em uma sociedade onde a diversidade é a marca

principal e as dificuldades eleitorais, normativas e políticas para dar forma à essa latência social contemporânea se mostram evidentes.

4. O potencial para novas mediações

Nesta seção, abordamos a tensão e contestação permanentes como elementos indissociáveis das democracias reais. Rosanvallon (2006) considera duas características que as teorias do governo representativo mantêm juntas: a legitimidade e a confiança. Enquanto a legitimidade é entendida com qualidade jurídica, de ordem estritamente procedural, é perfeita e adequadamente produzida pelas eleições. A confiança, por outro lado, é complexa. Neste sentido, a dissociação entre legitimidade e confiança constituiu um problema central na história das democracias.

Por um lado, a multiplicação de propostas e experiências visando reforçar a legitimidade procedural, como recurso mais frequente às urnas e mecanismos de democracia direta, tentando reforçar a vinculação dos eleitos aos objetivos dos eleitores para aprimorar a democracia eleitoral. Esse aspecto se vincula de forma explícita à representação no que usualmente se denomina como sistema político em uma dimensão macro (BOBBIO, 2000, p. 381).

Por outro lado, práticas de contrapoderes sociais informais e instituições que buscam compensar a erosão da confiança por uma organização da desconfiança: os poderes de vigilância, as formas de impedimento e as formas de julgamento (ROSANVALLON, 2006). Tais formas de contrapoderes apresentariam um caráter permanente, distinto da democracia eleitoral, marcadas por seu caráter intermitente. Elas podem ser postas em prática por indivíduos, não

somente através de organizações, elas alargam e facilitam o campo de intervenção da sociedade, elas conectam a dimensão micro com a dimensão macro. É nesta conexão que esta seção se desenvolverá. Tal abordagem também contribui para a literatura que analisa a pluralização da participação no interior do Estado, como apontado em Almeida (2014) e Lavalle, Houtzager e Castello (2006). A busca seria adensar a observação das dinâmicas micro-processuais da representação política.

Montesquieu (2005) sublinhou a distinção fundamental entre a faculdade de agir e a faculdade de impedir ou refutar. Nas democracias contemporâneas, os cidadãos desenvolveram uma forma eficaz de multiplicar as sanções em relação ao poder. Se o ato de votar se estabeleceu como parte da democracia positiva, tais atitudes estariam sob a égide de uma soberania social negativa. Ao agir contra uma decisão estabelecida pelo poder, as ações de impedimento produzem resultados tangíveis e visíveis.

A análise sociológica da política (ROSANVALLON, 1998; FARIA, 2010) permite perceber como qualquer coligação negativa é muito mais fácil de organizar do que as maiorias positivas. Ser contrário a alguma proposta é muito mais fácil para acomodar contradições. A diversidade social e sua heterogeneidade explicam a facilidade de formar um ato de recusa e seu sucesso. Tais maiorias reativas não carecem de um desejo por coerência ou de performance de um papel. A dificuldade permanente é produzir o que seria o ponto comum. As verdadeiras maiorias sociais para ação são muito mais difíceis de alcançar. Elas pressupõem um consenso passivo, um acordo positivo e deliberado. Nesse sentido, é possível pensar sobre o quanto

a soberania popular cresce no sentido da recusa política. Uma democracia de rejeição traz contornos também à figura do povo que veta. O governo democrático não pode ser considerado apenas como procedimento de autorização e legitimação, pois está constantemente marcado pela confrontação com diferentes categorias de veto provocadas pelos grupos sociais e forças políticas e econômicas.

No sentido de produzir análises compreensivas sobre as já mencionadas configurações contestatórias, estudiosos que se debruçam sobre o estudo sistemático de vários eventos de protesto em diferentes continentes e culturas como Charles Tilly (2013), em seu debate com o trabalho de Sidney Tarrow (2012), desenvolveu ao longo do tempo análises que coadunam a perspectiva das interações e da cultura, bem como o estabelecimento de redes e da comunicação interpessoal, e suas variadas formas de negociação dos conflitos políticos, que fazem parte das dinâmicas de contestação. Para analisar mudanças nas relações entre processos políticos públicos, Tilly (2013) recomenda observar em especial três condições que seriam: a) as redes de confiança, b) as desigualdades categóricas e c) os centros de poder autônomo.

Nesse sentido é possível destacar ao menos três situações que bloqueiam a democratização, ou promovem sua diminuição a partir do momento que aparecem. A primeira seria a desconexão entre as redes de confiança e os processos políticos públicos. A segunda seria a inscrição de desigualdades categóricas nos mesmos processos políticos públicos. Finalmente, a última seria a existência de centros de poder autônomos que detém meios coercivos substanciais.

Desta forma, se o fundamentalismo religioso aumenta, isso pode significar a tentativa de expurgar determinadas redes de confiança ligadas à determinadas religiões dos processos políticos públicos. Isso seria indicativo de uma perda democrática (ou desdemocratização). Ao mesmo tempo, sempre que um governante fraco percebe que o apelo a uma guerra civil, aquartelamento, ou conflito regional se torna uma situação atrativa e um meio para reforçar/disputar o poder do Estado, isso tende a aumentar a presença de centros de poder autônomos dentro do próprio, e minar instituições democráticas e suas redes de confiança, intra e extra institucionais.

5. Conclusão

O artigo chama atenção para potenciais mediações que mostram a importância da representação política como parte fundamental da democracia nas sociedades contemporâneas, mas indo além dela ao mostrar a importância de conectar os processos políticos mais amplos, que consideram aspectos como a micropolítica. Considerando a representação política como um processo que pode ser permeado por mediações variadas, na medida em que tais mediações não promovem receptividade dos governos no sentido de pluralização de demandas, brechas são abertas para a contestação da democracia. Tal ocorre na medida em que a insatisfação pode reforçar tendências extremistas que se tornam eleitoralmente viáveis em seu ambiente político, para além das instituições, mas que as alcançam e interpelam.

Dentre as possibilidades de mediações que vão além da representação política, mas coexistem com ela e influenciam-na, é possível relacionar contrapoderes como a organização da contrariedade em relação aos representantes, em uma

política do veto; a participação política e tensionamento da representação política, expresso em mobilizações capitaneadas por associações civis e movimentos sociais; a solidariedade comunitária que independe da representação institucional, mostrando que a democracia vai além da representação política formal. Ao mesmo tempo, salienta-se as redes de confiança bem-sucedidas em termos de representação política, e como o seu bloqueio nos canais tradicionais da representação pode indicar um importante indício de falência dos valores democráticos, e da própria democracia. A experiência recente permite ressaltar que a contradição de tais tendências, ou seja, o fato da democracia comportar seu próprio questionamento, indica a fundamental postura de vigilância contra os governos e propostas que visam contrariar o respeito aos direitos democráticos. O ataque à democracia que em geral é percebido do lado de fora das instituições, pode também permeá-las via voto, e discurso representativamente eleito.

Referências

- ALMEIDA, Debora Rezende de. Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. 2014, vol.22, n.50, pp.175-199.
- ALMEIDA, Debora Rezende de. Pluralização da representação política e legitimidade democrática: lições das instituições participativas no Brasil. **Opin. Publica** [online]. 2014, vol.20, n.1, pp.96-117.
- ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**. A filosofia Política e as Lições dos Clássicos. 12ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- AVRITZER, L. **Democracy and the Public Space in Latin America**. New Jersey: Princeton University Press, 2002.

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DAGINO, Evelina (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FARIA, A. M. T. **On the Social and the Political: Theories of Political Representation - Beyond the universal suffrage**. Saarbrücken: LAP LAMBERT Academic Publishing AG & Co. KG, 2010.
- FARIA, A.M.T. A caixa de pandora das políticas públicas de saúde no Rio de Janeiro. Caxambu: **Anpocs**, 2018.
- FARIA, A.M.T. **Teorias da representação política**. Curitiba: Appris, 2020.
- GATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- JORGE, V.L.; FARIA, A.M.T.; SILVA, M.G. Posicionamento dos partidos políticos brasileiros na escala esquerda-direita: dilemas metodológicos e revisão da literatura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 33. e227686, 2020, pp 1-44.
- JOURDAN, Camila. **2013: memórias e resistências**. Rio de Janeiro: Circuito, 2018.
- KOSELLECK, Reinhardt. **Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.
- LAVALLE, A.G; HOUTZAGER, P.; CASTELO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, 67, 2006, pp. 49-103.
- LEFORT, Claude. La question de la démocratie. *In: LEFORT, Claude. **Essais sur le politique, XIXe – XXe siècles***, Paris: Éditions du Seuil, 1986.
- LEFORT, Claude. A imagem do corpo e o totalitarismo. *In: LEFORT, Claude. **A invenção democrática***, Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MANIN, Bernard. **Principes du Gouvernement Représentatif**. Paris: Calmann-Lévy, 1995.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio**. São Paulo : Martins Fontes, 2007.
- MONTESQUIEU, Charles-Louis de. **O Espírito das Leis**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ROSANVALLON, Pierre. **Le Peuple introuvable: Histoire de la représentation démocratique en France**. Paris: Gallimard, 1998.
- ROSANVALLON, Pierre. **La Démocratie inachevée**. Histoire de la souveraineté du peuple en France. Paris: Gallimard, 2000.
- ROSANVALLON, Pierre. **La contre-démocratie**. Paris: Editions du Seuil, 2006.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social: princípios do direito político**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- TARROW, Sidney. **O poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político**. Tradução Ana Sallum. Petrópolis: Vozes, 2009.
- URBINATI, Nadia. **Representative Democracy: Principles and genealogy**. University of Chicago Press, 2006.
- URBINATI, Nadia. Representação como advocacy: um estudo sobre deliberação democrática. **Política & Sociedade**. Florianópolis. v. 9 n. 16 (2010), 51-88.
- TILLY, Charles. **Democracia**. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2013.

Recebido em 2020-08-17
Publicado em 2021-07-01